

Alternativa na falta de acerto

por César Borges
de Brasília

O Brasil não recebeu proposta concreta do Fundo (FMI) para só assinar o acordo "stand by" de ajuste no ano que vem. "O Brasil é que está considerando essa alternativa uma hipótese na falta de um bom acordo para este ano", garantiu a este jornal o assessor especial para Assuntos Econômicos do presidente José Sarney, Luiz Paulo Rosenberg.

Rosenberg insistiu em que os técnicos brasileiros de vários setores estão reavaliando e simulando as várias estimativas contidas no "pacote" de Cr\$ 60 trilhões de cortes anunciados no dia 3 de julho, com o objetivo de controlar o déficit público. Estas reestimativas, como chama Rosenberg, é que vão indicar o nível possível de esforço adicional que o Brasil ainda poderá fazer para conter o déficit dentro dos limites esperados pelo Fundo.



Luiz Paulo Rosenberg

"Eles querem um esforço adicional entre Cr\$ 16 trilhões e Cr\$ 20 trilhões, mas nós só poderemos oferecer entre Cr\$ 2 trilhões e Cr\$ 6 trilhões", afirmou Rosenberg. Esses recursos seriam obtidos segundo ele, a partir da reestimativa que está sendo feita em várias contas do "pacote", levando em conta a eleva-

ção do volume de cortes nas contas de custeio de algumas empresas estatais, no reajuste de tarifas públicas de setores-chave, como o de derivados de petróleo e energia elétrica, e na antecipação da arrecadação do Imposto de Renda dos títulos pós-fixados.

ARRECADAÇÃO

Rosenberg citou um valor apenas para a expectativa de arrecadação dos títulos pós-fixados, de Cr\$ 1,7 trilhão, já descontados os Cr\$ 800 bilhões a que têm direito os estados e municípios. E frisou que a política de reajuste de tarifas públicas é a que está sendo posta em prática pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), com base na inflação futura. Como o titular da SEAP, João Luiz da Silva Dias, Rosenberg considera reajustes acima desse patamar "financiamento via preço".

E com base no controle de preços, para o qual o

FMI está pedindo o fim, que será possível estabilizar a inflação e, assim, garantir uma menor variação da correção monetária e da correção cambial, decorrentes da fórmula de cálculo em vigor. "Essa é a única maneira", diz Rosenberg, "de não mexer na fórmula. Se a inflação subir a níveis acima de 11%, a fórmula terá de ser revista, para não prejudicar o setor exportador".

Rosenberg avisa que na próxima semana já estarão prontas as reestimativas do "pacote" de ajuste e controle do déficit público a ser oferecido e negociado com o FMI através de uma nova missão brasileira. O assessor do presidente da República está seguro de que as linhas de crédito de curto prazo que os bancos brasileiros possuem no exterior serão renovadas ao final deste mês, evitando, assim, uma nova centralização cambial por parte do Banco Central.